

# O SESC EM SÃO PAULO: VOCAÇÃO EDUCATIVA E TRANSVERSALIDADE

Danilo Santos de Miranda

## AUTOR/AUTHOR:

Danilo Santos de Miranda

## ADSCRIPCIÓN PROFESIONAL/PROFESSIONAL AFFILIATION:

Sociólogo, Diretor Regional do Sesc no Estado de São Paulo-Brasil

## TÍTULO/TITLE:

O SESC em São Paulo: vocação educativa e transversalidade

*The SESC in Sao Paulo: educational vocation and transversality*

## CORREO-E/E-MAIL:

danilo@sescsp.org.br

## RESUMEN/ABSTRACT:

O presente artigo tem por objetivo apresentar, em linhas gerais, o Serviço Social do Comércio-Sesc, instituição socioeducativa brasileira criada em 1946 pelo empresariado do comércio e presente em todos os estados do país, focalizando sua atuação no estado de São Paulo. Para tanto, serão considerados o contexto histórico que assistiu a criação dessa instituição, bem como as interfaces estabelecidas com as demandas e expectativas sociais ao longo das últimas sete décadas. Serão abordadas, dentre as características principais do Sesc, a polivalência no que se refere aos seus campos de atuação, assim como a centralidade das conexões entre educação e cultura.

*The objective of this present article is to present, in general terms, the Comercio-Sesc Social Services, a Brazilian socio-educational institution created in 1946 by the business world and present in all of the states in the country, focusing its activities in the state of Sao Paulo. In order to do this, the historical context which led to the creation of this institution will be considered, as well as the interfaces established with social expectations and demands over the last seven decades. Among the main characteristics of the Sesc, its versatility regarding its fields of activity, as well as the centrality of the links between education and culture will both be discussed.*

## PALABRAS CLAVE / KEYWORDS:

Serviço Social do Comércio-Sesc; São Paulo.

*The Comercio-Sesc Social Services; Sao Paulo.*

## Contexto

Compreender os sentidos da atuação de uma instituição socioeducativa é uma tarefa que demanda alguns cuidados. A contextualização é, possivelmente, o ponto crucial para situar, com certo rigor, os papéis esperados e efetivamente desempenhados por cada agente de um corpo social. Intervenções similares que se desenvolvem em tempos e espaços diferentes implicam, é claro, desdobramentos distintos. De modo análogo, perguntas diversas feitas por cada ambiente exigem respostas específicas.

Pensar a atuação do Sesc ao longo de sete décadas significa, portanto, relacioná-la ao contexto nacional e às variadas circunstâncias regionais. Aqui, o período a ser considerado se inicia com o término da Segunda Guerra Mundial e estende-se até os dias de hoje. No Brasil, esse marco se entrelaça com o fim do governo de Getúlio Vargas, deposto sete semanas após a rendição japonesa e o fim do conflito planetário.

A historiografia deteve-se sobre a figura política de Vargas, gerando leituras múltiplas de suas várias fases. A etapa que é interrompida, temporariamente, em 1945, foi entendida de modos variados, não raro contraditórios entre si. Falou-se do nascimento de um Brasil moderno, e para isso se destacou a urbanização, o surgimento de indústrias de base e de leis trabalhistas mínimas, além de certa massificação educacional e cultural, notadamente nas cidades. Mas apontou-se, também, o populismo autoritário da primeira Era Vargas, somada à desigualdade entre ricos e pobres, entre sul e norte, entre brancos e negros, entre cidade e campo, agravada pelo êxodo rural.

Fato é que, em 1946, ano de surgimento do Sesc, o país era profundamente diferente daquele que, em 1930, assistiu à chegada ao poder de Vargas. Durante esse período, as rápidas mudanças experimentadas pelo país desembocaram num quadro complexo, com desequilíbrios sociais novos e crescentes. Conceitos como sociedade civil, democracia e trabalho eram rapidamente atualizados –talvez, não tão rapidamente como exigiam os novos tempos.

Algumas das questões que são, até hoje, relevantes foram catalisadas em meados da década de 1940. Entre elas, ganham destaque indagações acerca dos papéis dos diversos agentes públicos e privados no enfrentamento de desafios sociais comuns, em face da dificuldade do Estado em garantir os direitos fundamentais dos cidadãos.

## Na direção de uma abordagem cultural

Deve-se ter em mente tal contexto para compreender a criação do Sesc e Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) pelo empresariado do comércio, bem como do Sesi (Serviço Social da Indústria) e Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) por seu análogos do setor industrial, entre 1942 e 1946. A iniciativa privada, reunida em nível nacional,

expressava, à época, sua disposição em contribuir para atenuar assimetrias sociais. No caso do Sesc, instituição cuja missão é colaborar para a qualidade de vida dos trabalhadores do comércio de bens, serviços e turismo, seus dependentes e as comunidades de seus entornos, tal contribuição se daria por meio da noção de “obra educativa”(1). Cabe compreender as mutações que tal noção sofreu ao longo do tempo.

Entre as décadas de 1940 e 1960, tal acepção esteve predominantemente ligada à esfera do serviço social: iniciativas ligadas às necessidades fundamentais dos cidadãos, como saúde, alimentação, moradia, orientação para o mundo do trabalho, qualificação do tempo livre e complementação de renda, constituíam o escopo de trabalho do Sesc, uma vez que o diagnóstico consensual era a dificuldade estatal de equacioná-las. Quando se observa, atualmente, os modos de atuação do Sesc nos vários estados brasileiros, é possível perceber como esse escopo inicial sofreu deslocamentos distintos em cada contexto.

O caso de São Paulo é peculiar. Estado brasileiro mais populoso, São Paulo consolidou-se, há décadas, como aquele que apresenta os índices econômicos mais expressivos, com destaque crescente para o setor terciário. Tal protagonismo gerou um cenário comum em países latino-americanos: fluxos massivos de migração interna e externa, acarretando um crescimento desordenado das manchas urbanas. Riqueza e desigualdade são, notadamente desde a segunda metade do século XX, traços fundamentais para compreender o cenário paulista.

Na medida em que a estrutura do Sesc é federalizada, as circunstâncias regionais ganham maior relevância. O Departamento Regional do Sesc em São Paulo adota, a fim de contemplar os objetivos compartilhados com os demais departamentos regionais, estratégias específicas, adequadas à realidade local. Levando-se tal quadro em conta, as especificidades da atuação do Sesc em São Paulo adquirem plena significação.

Assim, trata-se de compreender como ocorreu a reorientação do trabalho do Sesc em São Paulo, abandonando progressivamente a vocação assistencialista e se aproximando de uma abordagem socioeducativa, na qual a cultura desempenha um papel fundamental. Aqui, dois marcos devem ser considerados: o início dos trabalhos, em 1966, das Unidades Móveis de Orientação Social (Unimos), equipes que desenvolviam intervenções temporárias de animação cultural em cidades paulistas, nas quais conviviam as áreas da cultura, atividade físico-esportiva e assistência social; e a inauguração, no ano seguinte, do centro cultural e desportivo Carlos de Souza Nazareh, atual Sesc Consolação, primeiro equipamento da instituição a ser especialmente projetado para que as diversas áreas da cultura e do lazer pudessem coexistir.

A partir de então, a presença do Sesc no estado torna-se cada vez mais identificada com o campo cultural. É importante especificar o que se entende, aqui, por cultura. Houve, é inegável, uma ampliação nesse conceito ao longo do século passado: além dos domínios tradicionalmente considerados da arte e do patrimônio, o termo cultura passou a dizer respeito

ao conjunto de formas de ser, conviver e se expressar de indivíduos e coletividades. Assim, apontar a convergência entre o Sesc São Paulo e a cultura significa, também, acompanhar a gradual incorporação de novas áreas ao campo cultural, para além das linguagens artísticas.

O aparecimento do Sesc Pompeia, em 1982, representa um marco nessa trajetória, a começar pela originalidade de sua concepção arquitetônica: um complexo fabril construído na década de 1930, localizado em bairro de classe média, em boa parte composto por famílias imigrantes, transformado –a partir de projeto da arquiteta ítalo-brasileira Lina Bo Bardi– num dos mais emblemáticos centros de convivência da cidade de São Paulo. Determinadas características colaboraram para isso: áreas amplas de convivência; programação que evita hierarquizações entre cultura popular e manifestações de vanguarda; oficinas para práticas diversas; permeabilidade em relação ao espaço urbano; valorização de uma memória significativa para a cidade.

O Sesc Pompeia suscitou reações diversas, dentro e fora da instituição. Uma delas, ao apontar os pressupostos que norteariam a atuação desse espaço, sugeriu que «o campo cultural na Pompeia tem uma concepção abrangente e flexível»(2). Para além de especificar algo que diria respeito apenas à velha fábrica ressignificada em espaço de convivência e criação, tal afirmação tem um poder de descrição maior. A abrangência e flexibilidade da cultura passaram a significar, cada vez mais, condição para o trabalho social do Sesc.

À expansão do sentido de cultura, correspondeu o aumento das expectativas e demandas de uma sociedade que mudava velozmente. De um lado, cidadãos progressivamente conscientes de seus direitos, redundando em iniciativas sociais mais bem estruturadas; de outro, um processo de redemocratização –após décadas de ditadura militar– que, entretanto, não se mostrava capaz de consolidar soluções político-institucionais à altura dos enormes desafios nacionais.

Como responder a esse novo cenário? No estado de São Paulo, o Sesc enfatizou uma política de atendimento baseada na descentralização, com a criação de novos centros culturais, desportivos e de convivência em regiões menos assistidas, espraiando-se por cenários da capital e zona metropolitana, assim como do interior e litoral. Os novos equipamentos buscaram materializar a «concepção abrangente e flexível» de cultura, tecendo uma rede que continua em crescimento. Atualmente há no estado trinta e dois centros culturais e desportivos do Sesc, três centros especializados –em cinema, gestão cultural e odontologia–, uma editora de livros, um canal de televisão, um selo audiovisual e um portal de internet. Banhando o processo como um todo, a ideia de que é necessário se acercar dos públicos, efetivos e potenciais.

## Disposição para a transversalidade

Os tipos de experiência que acontecem nos ambientes do Sesc caminham na contramão do imperativo contemporâneo da especialização. Nesse sentido, pouco se assemelham à imersão proposta por museus e espaços expositivos, ambientes convencionais de cinema e teatro, bibliotecas, academias e clubes esportivos. Mesmo os centros culturais que congregam múltiplas linguagens artísticas circunscrevem uma zona restrita de atuação, concebendo a arte como discurso apartado de outras dinâmicas culturais. Não se trata de propor qualquer hierarquização entre tais propostas e a convergência sugerida pelo Sesc; o que importa é apenas distinguir esta e aquela alternativa, sublinhando a opção do Sesc pela transversalidade.

Mas o que significa, de fato, optar pela transversalidade? Como ela se efetiva, em termos práticos? Considerando o cotidiano de atividades nos diversos espaços do Sesc, poderíamos indicar, pelo menos, três modalidades principais de intervenção. A primeira se refere à estratégia da justaposição: um centro socioeducativo do Sesc é planejado com o intuito de provocar interseções inesperadas, convivências pouco usuais, curto-circuitos simbólicos. Isso acontece quando, por exemplo, espaços expositivos e esportivos estão próximos, quando se mesclam áreas de leitura com estímulos ligados à educação ambiental, quando se criam percursos que conectam parques aquáticos e salas de teatro. Em resumo, cabe ao pensamento arquitetônico propor itinerários que recusem a compartimentalização típica dos dias que correm, estimulando os visitantes a se depararem com o inusitado.

A justaposição de ambientes com vocações específicas pode representar, ainda, o ensejo para novas leituras de mundo. Não seria legítimo supor que um indivíduo recém-saído de uma piscina ou de uma quadra esportiva apreenda de modo diverso uma exposição fotográfica ou um espetáculo de dança? Não poderia o contato com a literatura suscitar novas formas de se relacionar com áreas verdes?

Além do expediente espacial da justaposição, há uma segunda maneira de expressar a transversalidade da cultura: a interseção entre áreas do saber. Cinema e literatura abordam, a todo instante, temáticas de interesse global, como espaço urbano, consumo e fluxos migratórios. De modo análogo, as modalidades esportivas exibem, cotidianamente, seus parentescos com as esferas da política, da economia e da estética. Vale ainda apontar o exemplo da alimentação, expressão fundamental dos povos, ao mesmo tempo assunto das pautas da saúde e do campo geopolítico.

A programação do Sesc busca refletir tais conexões, incorporando manifestações da cultura que explicitam a complexidade dos saberes contemporâneos. Tal disposição exige a constituição de equipes que, sem negligenciar o aprofundamento em determinados domínios, favoreçam interpretações transdisciplinares da realidade. Podem colaborar para isso trajetórias formativas plurais, mas também processos de qualificação permanente que despertem desconfiança em relação aos compartimentos que fragmentam o conhecimento.

Por fim, cabe apontar uma terceira maneira pela qual se efetiva, no Sesc, a abordagem transversal das coisas do mundo: o acolhimento de questões cuja classificação nessa ou naquela categoria resultaria contraproducente, em face da complexidade que as caracteriza. Exemplo vigoroso reside nos debates acerca da urbanidade: quantas áreas do conhecimento devem ser mobilizadas para que se possam discutir os dilemas do espaço urbano? O mesmo vale para assuntos multifacetados, como a educação, a violência, a liberdade de expressão, a relação com as novas tecnologias da informação, entre outros.

A polivalência do Sesc representa um ambiente fértil para acolher esse tipo de problemática, já que permite aproximações menos comprometidas com a rigidez da especialização. Revela-se, segundo tal perspectiva, a convergência entre a atuação institucional e a reflexão de pensadores que, ao longo do século XX, elaboraram relevantes críticas ao processo de alienação dos indivíduos contemporâneos, decorrência da fragmentação da experiência e da impossibilidade de interpretação contextual do mundo.

Dentre tais pensadores, destaca-se Edgar Morin, intelectual francês engajado em temáticas variadas, da educação à geopolítica, cuja principal contribuição está ligada à ideia da complexidade. Segundo Morin, o ser humano é essencialmente complexo; inabordável, portanto, a partir de expedientes que impõem separações artificiais nos objetos que investiga: mente/corpo, razão/emoção, natureza/cultura, arte/ciência etc. A operação epistemológica que permite se aproximar da complexidade do real caminha na contramão da divisão em disciplinas, favorecendo saberes de caráter inovador, subversivo.

A referência de Edgar Morin revelou-se valiosa para o trabalho do Sesc, na medida em que funcionou como elucidação teórica de processos que o Sesc já vinha desenvolvendo, a partir de experimentações metodológicas diversas, cujo denominador comum era a transversalidade. Não deve causar surpresa, destarte, a crescente aproximação entre instituição e pensador, que se refletiu em conferências, publicações e consultorias.

O reconhecimento da complexidade do mundo não é o único ponto de intersecção entre as trajetórias de Edgar Morin e Sesc. O protagonismo conferido à educação é também plataforma comum a ambos. Refletindo as diferenças culturais brasileiras, cada departamento regional do Sesc atualiza de maneira específica sua vocação educacional. No caso do Sesc São Paulo, a opção é, há décadas, clara: respeitando a transversalidade inerente à cultura, a educação é tratada como vetor que contagia as várias esferas de ação da entidade.

Seria contraditório, levando em conta o contexto apresentado, confinar os esforços educativos a espaços, horários e faixas etárias convencionalmente atendidas pela educação formal. Assim, o que se busca é evidenciar o potencial educativo da cultura – isso é completamente distinto da instrumentalização de manifestações culturais com fins didáticos, o que em última instância empobrece a polissemia dos bens da cultura.

Contrastando com isso, enfatiza-se a ideia de educação permanente, ressaltando suas três dimensões: complementaridade em relação à educação formal; continuidade no tempo e no espaço, não limitado por grades curriculares ou etapas específicas da vida; não-formalidade, traço que ressalta o parentesco radical entre educação e cultura.

## Gestão da complexidade

Entidade de direito privado, o Sesc relaciona-se de várias maneiras com a ideia de coisa pública. A contribuição feita pelo empresariado do comércio de bens, serviços e turismo e que viabiliza o funcionamento do Sesc é garantida por lei constitucional; além disso, o Estado brasileiro realiza, por meio da Receita Federal, a gestão remunerada dos fundos arrecadados, bem como seu repasse à instituição. Por fim, a destinação das atividades realizadas pelo Sesc é pública, tendo como foco prioritário, mas não exclusivo, os trabalhadores do setor do comércio de bens, serviços e turismo e seus dependentes. Assim, para além dessa priorização, é possível afirmar que, de um modo estendido, as coletividades às quais pertencem tais trabalhadores se beneficiam da ação do Sesc, na medida em que parte relevante das atividades se destinam a públicos mais amplos.

A convergência entre iniciativa privada e destinação pública ajuda a diferenciar o trabalho do Sesc das demais instituições, sejam elas públicas ou privadas. Essa condição acarreta múltiplas consequências, que poderiam ser sintetizadas por meio de um conceito renovado de gestão.

A gestão da cultura é, em si, um campo de ação multifacetado. De um lado, há os diversos ramos que colaboraram para a constituição da ideia de gestão: economia, administração, psicologia, sociologia, política, entre outros. De outro, o já comentado conceito ampliado de cultura, que se espalha para além das esferas tradicionalmente consideradas da arte e do patrimônio, e abarca todo o conjunto das manifestações simbólicas humanas.

O caso da gestão cultural tal qual efetivada pelo Sesc acrescenta novas camadas a esse panorama. Os modelos oferecidos pela gestão privada são insuficientes, já que visam, sobretudo, o lucro, subordinando todos os valores à métrica do capital. Os meios para atingir tal fim raramente transcendem a dimensão da racionalidade instrumental; os cálculos de eficiência são construídos tendo por base indicadores economicistas, incapazes de medir impactos que não se expressem segundo tal lógica.

Outro ponto central para se compreender a singularidade do trabalho do Sesc advém da especificidade de seu relacionamento com os públicos. A natureza institucional estabelece uma relação prioritária com os trabalhadores do comércio de bens, serviço e turismo, como se mencionou. Isso se manifesta por meio do acesso preferencial na maior parte das atividades, assim

como na exclusividade em algumas áreas específicas da programação. Entretanto, tal hierarquização convive com o princípio do atendimento universal, segundo o qual cidadãos que não se enquadram no perfil do público prioritário também são acolhidos pelo Sesc. A perspectiva do convívio ampliado e o compromisso institucional com seus entornos são parâmetros para uma gestão de públicos que deve, portanto, conciliar hierarquização com universalidade.

Tal contextualização evidencia a impossibilidade de uma instituição como o Sesc, singularizada por sua constituição, história e posição no tecido social, adotar modelos cristalizados de gestão. Para equacionar tal panorama, o Sesc matiza as limitações da gestão privada com elementos oriundos da gestão pública. A noção estendida de desenvolvimento é o eixo fundamental desse processo, na medida em que dá sustentação para que outros valores se manifestem: protagonismo da ideia de cidadania, assim como transparência e sustentabilidade de critérios e processos. Além disso, experiências de gestão desenvolvidas no âmbito das organizações sociais sugerem novos encaminhamentos, dentre os quais se destaca a ênfase nos processos e não apenas nos resultados finais, bem como o protagonismo da noção de parceria. Daí a permeabilidade do Sesc a parceiros locais, nacionais e estrangeiros, resultando em intersecções que qualificam o *modus operandi* da entidade, bem como potencializam o alcance da ação institucional.

Relativamente independente dos modelos privados de gestão, o Sesc pode desconstruir, por meio de suas ações, alguns lugares-comuns que se impõem ao mundo corporativo. A busca incessante por um conceito abstrato de inovação é um desses lugares-comuns. Identificar o novo como objetivo principal encerra contradições que uma instituição cultural comprometida com interesses públicos não pode ignorar. Afinal, as dinâmicas entre passado e futuro, entre tradição e contemporaneidade, são suficientemente complexas para que se desconfie de uma adesão acrítica à pura novidade. No caso específico do campo cultural, cabe observar os modos singulares pelos quais as camadas pretéritas deixam-se perceber nas expressões atuais, enriquecendo-as. Vale também lembrar os excessos irreparáveis decorrentes de uma acepção evolucionista de progresso, típica da modernidade ocidental, e que desrespeitaram a diversidade de noções de tempo.

Mais importante que inovar é desenvolver processos de desenvolvimento a partir da cultura que levem em consideração temporalidades e ritmos variados, evitando submetê-los ao frenesi do mercado. Não se trata de advogar, ingenuamente, uma oposição à cultura produzida por aquilo que se denominou, outrora, indústria cultural. Pensadores da cultura nos advertem que mesmo expressões culturais elaboradas dentro da lógica do consumo podem ensejar comportamentos críticos e inventivos(3); ademais, é cada vez mais delicado supor a existência de culturas que não estabeleçam liames com contextos globalizados, nos quais o comércio de signos se confunde com a circulação de capital.

O papel do Sesc é consolidar uma política cultural ampla não apenas no que diz respeito à concepção de cultura, mas também no que se refere à pluralidade de vozes que se fazem

ouvir. Segundo tal ponto de vista, deve-se reconhecer que o mercado tende a estimular processos de homogeneização que, a fim de maximizar lucros, limitam a riqueza da diversidade cultural. Se é verdade que o dirigismo estatal coloca em xeque a liberdade de expressão, é igualmente legítimo apontar os riscos do dirigismo de cunho privatista.

Fica visível, a partir desse diagnóstico, que a gestão privada pode fornecer certas ferramentas, mas não valores, quando se considera uma instituição cultural que se pretenda de destinação pública. O hibridismo que caracteriza o Sesc desdobra-se, assim, na gestão que orienta suas intervenções e processos, que rege a escolha de profissionais a compor equipes de trabalho, que subsidia o planejamento para implementação e qualificação de seus equipamentos. A face visível de tais cadeias decisórias é o conjunto de atividades processuais ou eventuais compartilhadas com os públicos, nas quais os valores inegociáveis da instituição devem estar evidentes. Nos momentos mais felizes, tais valores –interesse pela diversidade, salvaguarda dos direitos culturais, vocação educativa, acolhimento e acessibilidade– ganham efetividade, tornando-se mais potentes que os discursos que os interpretam ou justificam.

## NOTAS

(1) Carta da Paz Social, documento divulgado em janeiro de 1946, no qual estão expressos motivações, valores e objetivos que nortearam a criação de Senai, Sesi, Senac e Sesc.

(2) GARCIA, E. B. (1999): «Quo Vadis, Pompeia?» in *Cidadela da Liberdade*, São Paulo, Sesc, Instituto Lina Bo e P.M. Bardi (1ª edição).

(3) CANCLINI, N. G. (1997): *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade*, São Paulo, Edusp. MARTIN-BARBERO, J. (1997): *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*, Rio de Janeiro, Editora UFRJ.